



Antíteses

ISSN: 1984-3356

hramirez1967@yahoo.com

Universidade Estadual de Londrina

Brasil

Aragão, Solange; Souza, Thaís
Do palacete ao cortiço: o emprego do ladrilho nas construções paulistanas da passagem do século
XIX para o século XX
Antíteses, vol. 7, núm. 14, julio-diciembre, 2014, pp. 348-372
Universidade Estadual de Londrina
Londrina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193332875017>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Do palacete ao cortiço: o emprego do ladrilho nas construções paulistanas da passagem do século XIX para o século XX

*From the small palace to the tenement: the use of hydraulic tiles in
buildings of São Paulo city at the turn of the 20th century*

Solange Aragão*

Thaís Souza**

RESUMO



Este artigo trata do emprego do ladrilho hidráulico (um tipo de piso que resulta da mistura de cimento Portland com areia, água, pó de mármore e de granito, e que apresenta desenhos coloridos de formas geométricas ou florais) nas construções paulistanas da passagem do século XIX para o século XX – mais especificamente das últimas décadas do século XIX e das primeiras décadas do século XX. O objetivo é demonstrar como esse material construtivo, inicialmente empregado como símbolo de status nas edificações mais ricas da capital paulista (particularmente em alguns dos antigos palacetes paulistanos), aos poucos se difunde, podendo ser encontrado também em outros tipos de construção, e mesmo em antigas casas operárias e sobrados transformados em cortiços, associando-se ainda os diferentes graus de complexidade dos desenhos do ladrilho ao nível de renda dos proprietários originais – quanto mais complexo o desenho, mais elevado o preço de cada peça e, portanto, mais rico o proprietário da

* Arquiteta (1996), Urbanista (1996), Mestre (2000) e Doutora (2005) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, com pós-doutorado pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (2010) e pós-doutorado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (2012).

**Arquiteta e urbanista, especialista em Patrimônio Arquitetônico: Preservação e Restauro pela UNICSUL – Universidade Cruzeiro do Sul, mestre na área de Habitat pela FAU-USP. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

construção. Destaca-se também o modo como esse material produzido artesanalmente continua sendo valorizado por arquitetos e outros profissionais da área na atualidade, em função da riqueza de seus desenhos, de seu colorido e das diversas possibilidades de composição das peças.

Palavras-chave: *Ladrilho hidráulico. Palacete. Cortiço. São Paulo.*

ABSTRACT



This paper deals with hydraulic tiles (a type of flooring that results from the mixture of Portland cement with sand, water, marble and granite, and features colorful drawings of geometric or floral shapes) of some constructions built in the city of São Paulo at the turn of the 20th century – more specifically during the last decades of the 19th century and during the first decades of the 20th. We aim here to demonstrate how this building material, which was at first used on the floor of the richest houses of São Paulo city (such as some of the ancient small palaces), as a kind of symbol of status, would spread out little by little, being found at some other types of buildings, in some old workers' houses, and even in one of the poorest type of house of the city – the tenement, associating the different degrees of complexity of the hydraulic tile design to income level of the original owners – the more complex the design, the higher the price of each piece and therefore the richer the owner of the building. Also noteworthy is how this material produced by hand still valued by architects and other professionals today, due to the richness of its drawings, its colors and the diversity of possibilities of composition of its parts.

Keyword: *Hydraulic tiles. The small palace. The tenement. São Paulo.*

Introdução

Pode-se dizer que a casa brasileira, de um modo geral, e a casa paulistana, em particular foram construções extremamente simples durante todo o período colonial: casas térreas ou sobrados erguidos com os materiais disponíveis no entorno, muitas vezes com cobertura de palha, folha de palmeira ou sapé e, no caso da Vila de Piratininga, com paredes de terra socada, por meio da antiga técnica da taipa de pilão¹, e telhas do tipo capa-canal. Nas casas térreas paulistanas, o chão era, na maioria das vezes, de terra batida; nos sobrados, quase sempre, o térreo era de terra batida, e o pavimento superior, assoalhado – o piso de madeira era símbolo de distinção social, sendo empregado na residência mais rica de então (o

¹ “[...] Erguem-se as paredes da seguinte maneira: constrói-se um arcabouço com seis pranchas móveis, justapostas, e mantidas nessa posição por meio de travessões, presos por pinos móveis e vigas, à medida que se avança no trabalho. Coloca-se o barro em pequenas quantidades, que os trabalhadores atiram com pás, umedecendo-o de quando em quando, para dar-lhe maior consistência. Cheio o arcabouço, retiram o excesso, e prosseguem na mesma operação, até rebocar todo o madeiramento da casa, tomando-se cuidado para deixar espaços para as janelas, as portas e as vigas. A massa, com o correr do tempo, endurece; as paredes, perfeitamente lisas na parte interna, tomam qualquer cor que o dono lhes queira dar e são, em geral, ornadas com engenhosos enfeites. Esta espécie de estrutura é durável; vi casas assim construídas que resistiram duzentos anos e a maioria têm várias histórias. Os telhados constroem-se de modo a projetarem-se dois a três pés além da parede, fazendo com que a chuva corra distante da base [...]. Telhas curvas cobrem as casas, mas embora a região ofereça excelente argila, e lenha em quantidade, raramente cozinham os tijolos.” (MAWE, 1978, p.64).

sobrado) e no pavimento que dava abrigo aos proprietários.²

Diversos viajantes do século XIX, como Saint-Hilaire, Daniel Kidder e John Mawe, registraram em seus relatos a casa paulistana. Todavia, deram mais atenção às paredes de taipa, à técnica construtiva e a outros materiais, que à caracterização do piso dessas construções:

As casas, feitas de taipa e bastante sólidas, são todas caiadas e cobertas de telhas. Nenhuma delas sugere opulência, mas vê-se um grande número de sobrados, que chamam a atenção por seu aspecto vistoso e limpo. Os telhados não se projetam muito para fora, apenas o suficiente para darem sombra e protegerem as paredes da chuva, e as janelas não são tão juntas umas das outras, como se vê comumente no Rio de Janeiro. As dos sobrados são quase todas envidraçadas, com postigos pintados de verde e com sacadas. As casas de um só pavimento têm gelosias que se abrem de baixo para cima [...]. (SAINT-HILAIRE, 1978, p.128)

[...] Aqui, raramente se constrói com tijolo, ainda menos com cantaria; levantam-se as paredes com duas filas de fortes mourões ou gradeado, entre os quais se calca o barro ('casas de taipa'), sistema muito parecido com o 'pisé' francês. (SPIX; MARTIUS, 1938, p.143-4)

É de fato nos textos de historiadores da arquitetura da categoria de Nestor Goulart Reis Filho, que encontramos referências ao piso e sua distinção social:

Os principais tipos de habitação eram o sobrado e a casa térrea. Suas diferenças fundamentais consistiam no tipo de piso: assoalhado no sobrado e de 'chão batido' na casa térrea. Definiam-se com isso as relações entre os tipos de habitação e os estratos sociais: habitar um sobrado significava riqueza e habitar casa de 'chão batido' caracterizava a pobreza. (REIS FILHO, 1970, p.28)

² No térreo ficavam os dormitórios dos escravos e dos hóspedes, como era comum no Brasil de então, conforme o relato de Vauthier: "Mas, o rés-do-chão, direis, para que serve? [...] O aposento estreito da frente é reservado aos escravos homens, que, sem ele, dormiriam nos corredores ou nos patamares, e o quarto que dá para o pátio serve para acolher os hóspedes e os parentes que chegam do interior – coisa necessária em um país onde não há hotéis para viajantes –, ou é destinado a rapazes ou aos filhos que passaram de quatorze ou quinze anos". (VAUTHIER, 1975, p.43).

Considerando-se que tanto no sobrado como na casa térrea eram empregados o mesmo material e a mesma técnica construtiva no erguimento das paredes – a taipa de pilão, e sendo a cobertura normalmente de telhas do tipo capa-canal, ou seja, não existindo uma diferenciação muito expressiva no aspecto das construções, a distinção social se evidenciava pelo número de pavimentos, pelo número de janelas na fachada e pelo emprego ou não do assoalho (o piso de madeira que valorizava o edifício). Essa situação permaneceu até o século XIX, quando surgiram outros tipos de habitação na paisagem paulistana de um modo específico e nas cidades do Brasil de um modo geral.

As transformações mais expressivas da casa brasileira começaram a ocorrer com a chegada da Corte em 1808 e a abertura dos portos às Nações Amigas (a Corte Portuguesa, ao chegar ao Brasil, estabeleceu uma série de decretos que levaram a mudanças na arquitetura das casas, como a proibição do uso de janelas de rótula e dos antigos muxarabis, característicos da arquitetura brasileira tradicional, e, por outro lado, a abertura dos portos favoreceu a entrada de uma diversidade maior de materiais construtivos usualmente empregados na Europa). Outro fator que contribuiu sobremaneira para alterações na arquitetura produzida no Brasil foi a chegada da Missão Artística Francesa, em 1816, da qual fazia parte o arquiteto Grandjean de Montigny, responsável pela difusão do neoclássico no Rio de Janeiro – cidade que, naquele momento, exercia grande influência no gosto e nos costumes dos habitantes de outras cidades brasileiras. E, já em fins do oitocentos, as grandes correntes imigratórias trouxeram ao Brasil um número expressivo de europeus que procuravam reproduzir aqui, com os materiais disponíveis e com os materiais importados, o modo e o padrão de morar a que estavam habituados em seus países de origem.

Mudou a casa, mudaram os materiais e as técnicas construtivas, mudou a forma de implantação da construção no interior do lote, com a introdução do jardim lateral³ e, em seguida, do jardim frontal. Nesse processo de transformação da arquitetura e da paisagem urbana, alterou-se também o piso da edificação, especialmente daquela mais rica. Em vez do chão de terra batida no térreo, passou-se a empregar o ladrilho, resultante de uma técnica relativamente refinada para um país que havia deixado de ser colônia ainda naquele século. As figuras e desenhos geometrizes e coloridos do ladrilho passaram a compor o hall de entrada, os corredores externos e internos e algumas áreas como cozinhas e banheiros do palacete – o mais nobre tipo de habitação da paisagem paulistana. Com o tempo esse material se difundiu e começou a ser adotado em edificações de uso comercial (como

³ “As primeiras transformações verificadas então nas soluções de implantação ligavam-se aos esforços de libertação das construções em relação aos limites dos lotes. O esquema consistia em recuar o edifício dos limites laterais, conservando-o frequentemente sobre o alinhamento da via pública. Comumente o recuo era apenas de um dos lados; do outro, quando existia, reduzia-se ao mínimo. [...] As residências maiores eram enriquecidas com um jardim do lado. Esta novidade, que vinha introduzir um elemento paisagístico na arquitetura residencial, oferecia a essa amplas possibilidades de arejamento e iluminação até então desconhecidas nas tradições construtivas do Brasil.” (REIS FILHO, 1970, p.44-46, 49). “Surgiram depois os afastamentos em relação às vias públicas.”. Em relação à introdução dos jardins laterais e, posteriormente, dos jardins frontais junto à casa brasileira, ver: Aragão (2008).

algumas farmácias do interior e da capital paulista) e mesmo nas vilas e casas operárias ou nos sobrados de classe média. Nas primeiras décadas do século XX, com o abandono de alguns bairros (outrora nobres) pelas camadas mais altas da sociedade e a consequente transformação de casas térreas e sobrados situados nas proximidades desses bairros em cortiços, o ladrilho, que anteriormente era símbolo de status, passou a ser também um dos elementos construtivos de um dos tipos de habitação mais simples e precários da cidade.

Interessa aqui analisar essa mudança de significado atribuído ao ladrilho, bem como sua difusão na capital paulista na passagem do século XIX para o século XX.

O ladrilho hidráulico

Este piso possui matizes humanos. O mundo precisa de delicadeza e arte. [...] Sua manufatura lembra os ofícios culinários: fazer a massa, untar uma superfície, montar, desenharmos, deixar repousar, imergir em água, dispor numa prateleira para curtir. (Antônio Carlos Alves de Carvalho).

O ladrilho é um tipo de piso que foi produzido desde o início de modo artesanal, resultando da mistura de “areia, água, cimento portland, pó de mármore e granito e mais os óxidos de ferro que expõem as cores”, além dos secantes feitos à base de pó de pedra e de cimento seco (BECKER; VUOLO, 2009, p.28). O termo “hidráulico” é aplicado em função do processo da cura, feito com água, em vez do fogo – como no azulejo.

Seu processo de fabricação é ao mesmo tempo simples e refinado, pois requer um certo cuidado na distribuição das cores e na conformação dos desenhos:

O ladrilho é fabricado em uma fôrma – geralmente quadrada – cujo fundo tem o acabamento que se deseja para a superfície final aparente do ladrilho (lisa, com texturas, ranhuras, pastilhas, etc.), dentro da qual é colocada uma outra fôrma que determina o desenho a ser obtido.

O artesão inicia a fabricação colocando nos vários vãos da fôrma uma primeira camada com alguns milímetros de uma pasta composta por cimento branco, pigmento e, às vezes, pó de mármore. Ele coloca as cores determinadas em cada vazio, cuidando para não manchar os vazios vizinhos. A fôrma com o padrão de desenho é, a seguir, cuidadosamente retirada, de modo a não desestabilizar a camada, borrando o desenho. Uma camada de argamassa de areia e cimento,

preparada com pouca água, é colocada, recobrando a fina camada pigmentada. O conjunto é levado a uma prensa para compactar o ladrilho. Depois de um ‘descanso’ por cerca de 12 horas, os ladrilhos são imersos em água e depois estocados durante cerca de 20 dias. (MACHADO, 2005, p.3-4)

Segundo Lúcio Gomes Machado (2005, p.1), o ladrilho hidráulico é um dos produtos padronizados mais antigos, cuja produção se tornou possível com a difusão do cimento Portland, a partir de meados do século XIX, e que passou a ser adotado a partir de então na Europa, no norte da África e nas Américas – nestas últimas, inicialmente como produto de importação e, em seguida, como material construtivo produzido no local.

Na França do século XIX, assim como na Espanha, na Itália e na Bélgica, as construções da nobreza passaram a apresentar esse tipo de revestimento na composição de sua arquitetura – inclusive os palácios europeus (MARQUES, 2012, p.21), o que demonstra a valorização desse piso por determinadas camadas sociais e sua possibilidade de contribuir para o refinamento de certos ambientes.

No Brasil, a técnica da produção dos ladrilhos veio com os imigrantes italianos, muitos dos quais fixaram residência na capital paulista, especialmente a partir da década de 1870, no período de transição do trabalho compulsório para o trabalho assalariado, acentuado com o fim da escravidão em 1888. Assim, o ladrilho passou a ser empregado nas construções, inicialmente como revestimento de paredes e, em seguida, na forma de piso. Como produto de importação, no entanto, há indícios de que vinham sendo empregados no Brasil desde princípios do oitocentos, vindos da Europa (MARQUES, 2012, p.21).

[...] a treze de março, chegou outra [nau], que por o vento lhe ser escasso, e os que a governavam duvidarem se o porto seria ainda seu, andou dois dias a bordo sem entrar, nem menos dúvida e receio houve com isto na Cidade, suspeitando que seria da armada de Espanha e andaria esperando pelas mais; e assim se apercebeu o Coronel com todas as prevenções necessárias; porém quietaram-se com a chegada da nau, vendo que era sua e **vinha carregada de ladrilho** [...]. (ALEMÃO, 1961, p.227 – grifo nosso)

Na cidade (Pacatuba) são as casas feitas de tijolo, e de ordinário serve de argamassa uma terra arenosa, semelhante à nossa superfície. [...]

As portadas são fingidas, com o mesmo tijolo [...]. Hoje estão fazendo como no Rio os cantos arredondados – platibandas, cimalkas pintadas,

etc. São de ordinário as casas térreas ladrilhadas; e o ladrilho é de tijolos como o de alvenaria (melhor que o nosso) e muito bem assentado com várias formas, principalmente em zigue-zague, como também são os passeios das ruas. **Em algumas casas tenho visto ladrilho largo; e nas outras o ladrilho francês hexagonal.** (ALEMÃO, 1961, p.220 – grifo nosso)

Mas de fato a difusão desse material na cidade brasileira ocorreu principalmente em função das correntes de imigração, que trouxeram para o Brasil, artesãos especializados na arte e na técnica da produção do ladrilho. É importante destacar também que havia uma diferença na complexidade dos desenhos do ladrilho e que os ladrilhos com desenho mais complexo e mais elaborado foram empregados em construções mais ricas em função de seu preço mais elevado, enquanto o ladrilho que se difundiu em outras construções era normalmente aquele com um desenho mais simples. Assim, o próprio desenho do ladrilho era um indicativo do nível econômico do proprietário da construção.

O emprego do ladrilho no palacete paulistano

O palacete resultou muitas vezes da importação de modelos de habitação europeia, correspondendo não raro à residência dos novos-ricos, como assinala Gilberto Freyre em *Ordem e Progresso*⁴ (2004, p.636). O palacete paulistano, em particular, analisado por Maria Cecília Naclério Homem, foi, segundo a historiadora, uma das formas urbanas de morar da elite cafeeira, tornando-se a casa mais luxuosa da capital paulista de fins do século XIX e princípios do século XX. Sua forma de implantação era semelhante à da casa francesa, ainda que permanecessem no interior do lote alguns elementos do sobrado e da chácara brasileira (HOMEM, 1996, p.13-4).

De um modo geral, o palacete paulistano pode ser definido como um “tipo de casa

⁴ “Os grandes espelhos foram talvez a nota mais característica de decoração rococó que do interior dos hotéis – dos seus salões nobres, montados por estrangeiros – se comunicou às residências, numa fase que se assinalou, no Brasil, não só no fim do Império como principalmente no começo da República, pela emergência de barões improvisados; de novos-ricos; de novos-poderosos; de novos-cultos; de *art nouveau*. [...] Todos um tanto desorientados ao que fazer com seu dinheiro ganho de repente; ou com o seu poder ou a sua cultura, também adquiridos às vezes às pressas. Fortunas assim rápidas foram a do conde de Leopoldina; a de Delmiro Gouveia, que de pequeno chefe de estação de estrada de ferro suburbana subiu quase da noite para o dia, nos primeiros anos da República, a grande industrial, modernizando sua residência, antiga casa de subúrbio do Recife, num palacete com banheira quase imperial de mármore: palacete a que deu um tanto liricamente, o nome da esposa: Villa Anunciada.” (FREYRE, 2004, p.663).

O palacete, como tipo de residência urbana do Brasil do século XIX, também é analisado na obra de Aragão (2011).

unifamiliar, de um ou mais andares, com porão, ostentando apuro estilístico, afastada das divisas do lote, de preferência dos quatro lados, situada em meio a jardins, possuindo área de serviços e edículas nos fundos” (HOMEM, 1996, p.14). Comparado ao sobrado, o palacete possuía um programa de necessidades muito mais complexo, com o estar desmembrado em sala de recepção, sala de visitas, sala de música, sala de estar, de jogo, de bilhar, fumoir, sala de estudos, biblioteca, sala de senhoras, hall e gabinete, e uma copa e salas de refeições entre a sala de jantar e a cozinha.

No palacete, o ladrilho hidráulico era empregado ora no hall de entrada, contribuindo para causar a primeira grande impressão nos visitantes, com suas cores e seus desenhos florais ou geometrizes; ora nos corredores internos ou externos da residência, acompanhando, nesse caso, toda a extensão da varanda coberta, sendo empregado como elemento de composição capaz de conferir um certo requinte a essas áreas externas e internas; e em alguns casos, já com um desenho mais simples, nas áreas úmidas da residência (como a cozinha e os banheiros), com um sentido mais útil. Assim, o ladrilho acabou se tornando parte da imagem do palacete e deste modo, adquiriu juntamente com este um signo de status. Era empregado aqui da mesma forma que nos palácios da Europa, representando a transposição de uma ideia de pisos coloridos e geométricos compondo uma arquitetura mais refinada.

Ainda hoje restam alguns exemplares de palacetes na capital paulista que revelam a importância e o papel do ladrilho hidráulico na concepção de seus espaços internos e externos, como o Palácio dos Campos Elíseos, o Palacete de Ramos de Azevedo e o Palacete de Henrique Santos Dumont – irmão do avião Alberto Santos Dumont.

O Palácio dos Campos Elíseos⁵ é o antigo Palacete Elias Chaves. Situa-se na avenida Rio Branco, em São Paulo, e foi construído entre 1893 e 1899 para o fazendeiro e empresário Elias Pacheco Chaves, com projeto do arquiteto alemão Matheus Haussler. O palacete apresenta elementos característicos do Renascimento francês – como as telhas de ardósia, as mansardas e as águas-furtadas. O próprio arquiteto trouxe consigo as cerâmicas e terracotas para ornamentação do palacete e outros materiais, como as telhas de ardósia, as maçanetas de porcelana e os lustres de cristal, foram importados. (HOMEM, 1996, p.163, 165) O proprietário do palacete, o Dr. Elias Chaves, como outros fazendeiros da aristocracia paulista, tinha o costume de viajar com toda a família para a Europa e foi em uma dessas viagens que encomendou o projeto do palacete na Alemanha. Isso não apenas ratifica a proposição de Gilberto Freyre (2006) – de uma sociedade com os olhos voltados para a Europa que pretendia habitar no Brasil como os europeus – como demonstra também a importância que se dava para alguns arquitetos estrangeiros. Para erguer seu palacete na capital paulista, o futuro proprietário encomendou o projeto a um arquiteto europeu. Como

⁵ O Palácio dos Campos Elíseos encontra-se atualmente em reforma, não tendo sido possível o registro fotográfico do ladrilho empregado junto à entrada.

resultado, o projeto do palacete foi elaborado a partir de um programa de necessidades que incluía cômodos característicos das construções europeias, como um *petit salon*, um salão nobre no estilo Luís XVI, gabinete, quartos de vestir e uma galeria – além da sala de visitas, dos oito dormitórios, do banheiro, da cozinha e das dependências de serviços que completavam a construção.

O ladrilho ficava no térreo, na área social da residência, no hall de entrada, junto à escadaria e na sala de visitas, compondo a ambiência de influência europeia para o deslumbramento dos visitantes – que admiravam a Europa tanto quanto os proprietários.

O Palacete de Ramos de Azevedo – residência do próprio arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, responsável pela concepção arquitetônica de diversas construções erguidas na capital paulista, foi um dos primeiros palacetes que esse profissional construiu em São Paulo. Idealizado como as antigas villas francesas, foi implantado na rua Pirapitingui, no bairro da Liberdade, em 1891. Ramos de Azevedo escolheu para a sua casa o estilo francês de Luís XIII, empregando telhados de ardósia e mansardas na construção cercada por jardins. A cozinha, a adega, o refeitório e o dormitório das criadas ficavam no porão da residência; no térreo havia um pequeno vestíbulo com escadas de madeira, sala de visitas, sala de estar, sala de jantar, sala de bilhar e w.c.; no pavimento superior, ficavam os quatro dormitórios, uma pequena sala que correspondia ao estar da família, um banheiro completo e dois terraços (HOMEM, 1996, p.173).

O ladrilho foi empregado junto à entrada do palacete, no vestíbulo e na varanda que circundava a construção no pavimento térreo, estando sempre à vista dos visitantes e compondo a arquitetura feita segundo os gostos e padrões europeus, como os demais elementos construtivos.

Figura 1- O ladrilho na varanda do Palacete Ramos de Azevedo em São Paulo.



Fotografia: Solange de Aragão

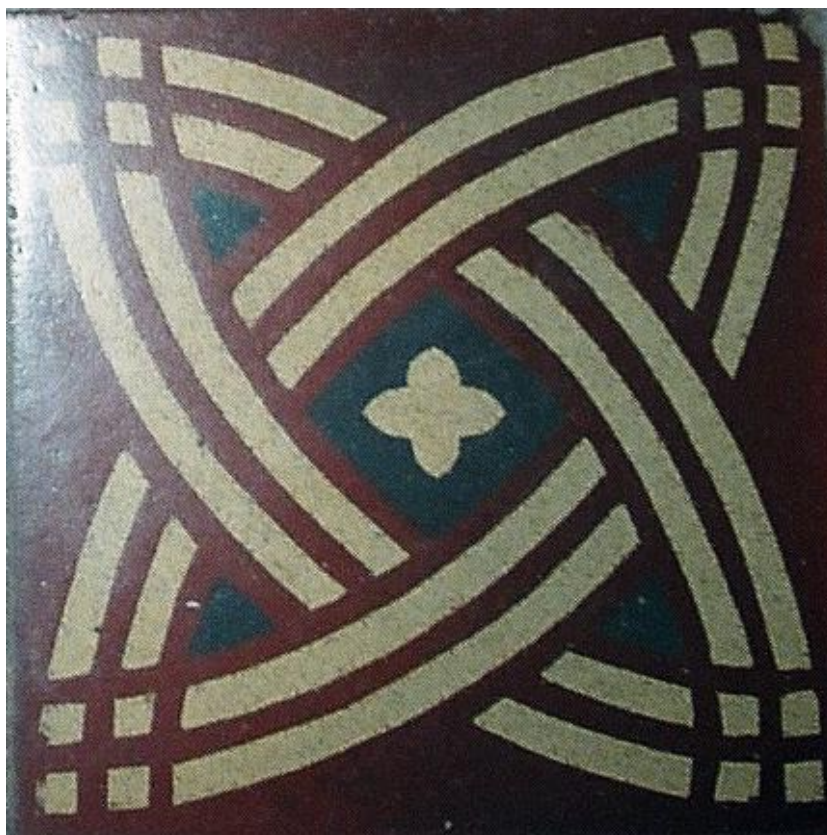
Figura 2- O ladrilho na entrada do Palacete Ramos de Azevedo em São Paulo.



Fotografia: Solange de Aragão

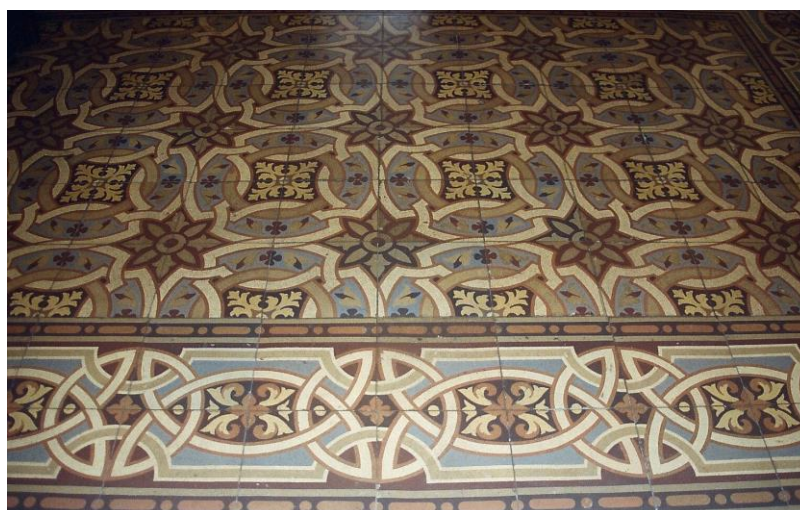
O Palacete de Henrique Santos Dumont, filho de Henrique Dumont, um dos mais importantes fazendeiros de café do século XIX, foi construído em São Paulo em 1894, com projeto do arquiteto Ramos de Azevedo, no bairro dos Campos Elíseos – um dos locais escolhidos pela elite paulistana para implantação de suas residências nobres. Sendo o proprietário descendente de imigrantes franceses e o arquiteto especialista no projeto de casas segundo estilos europeus, o palacete apresenta uma clara influência da arquitetura francesa no emprego de colunas, frontões, frisos, balaústres e colunas neoclássicas. No interior da construção, observa-se o emprego do ladrilho, especialmente junto à entrada no térreo e junto à escada que conduz ao pavimento superior – onde uma faixa de ladrilho entre os cômodos evidencia também a existência de um antigo banheiro no primeiro pavimento. Neste palacete, o ladrilho apresenta motivos geométricos e florais complexos, com a utilização de várias cores em sua composição.

Figura 3- O ladrilho junto à entrada do Palacete Henrique Santos Dumont em São Paulo.



Fotografia: Solange de Aragão

Figura 4- O ladrilho junto à escada do Palacete Henrique Santos Dumont em São Paulo.



Fotografia: Solange de Aragão

Estes são alguns exemplos raros, remanescentes de uma época – palacetes que, apesar de todas as transformações do espaço urbano, conseguiram permanecer na paisagem como registro histórico, arquitetônico e cultural de um período de intensas e significativas mudanças na casa brasileira. Há casos também de construções históricas cujo piso original de ladrilho foi removido, como aconteceu no Solar da Marquesa de Santos – talvez um dos exemplos mais antigos do emprego do ladrilho nas construções mais nobres da capital paulista.

O emprego do ladrilho em outras construções

Na Pharmacia Popular de Bananal – considerada a mais antiga do Brasil, localizada no interior de São Paulo e inaugurada em 1830 pelo francês Tourin Domingos Mosnier, é possível encontrar o denominado “ladrilho francês” no piso. A origem do primeiro proprietário evidencia a influência francesa na arquitetura de um modo geral e no piso em particular.

Figura 5- O ladrilho junto à entrada da Pharmacia Popular de Bananal.



Fotografia: Thaís Souza

Um tipo semelhante de ladrilho, com motivos florais e geométricos, pode ser visto ainda hoje no hall de entrada e nos corredores do Museu do Ipiranga em São Paulo – edifício projetado sob clara influência da arquitetura eclética pelo arquiteto italiano Tommaso Gaudenzio Bezzi, e inaugurado em 1895. Em um dos armazéns da antiga Vila Maria Zélia – vila operária⁶ implantada no Belenzinho, em São Paulo, a partir de 1912, e inaugurada em 1917, por seu criador e proprietário, Jorge Street, com projeto arquitetônico de autoria do francês Paul Pedraurrieux –, também é possível encontrar o ladrilho francês, embora com um desenho mais simples, formando cubos em perspectiva por meio da variação dos tons das laterais da figura geométrica.

Figura 6- O ladrilho francês no antigo armazém da Vila Maria Zélia em São Paulo.



Fotografia: Thaís Souza

⁶ É importante lembrar que da mesma forma que a ideia do palacete, a ideia das vilas operárias também veio da Europa. Ao viajarem aos países europeus, os industriais tomavam conhecimento da existência desses grupos de residências erguidos junto às fábricas, com o mesmo padrão construtivo, os mesmos materiais e as fachadas padronizadas – numa espécie de “prelúdio modernista”, como afirma Carla Milano Benclowicz (1989). As primeiras vilas operárias, denominadas “Vilas Modelo”, decorreram de experiências realizadas na Inglaterra e Escócia durante o século XVIII. Seus construtores eram proprietários, agricultores e industriais que fixavam seus trabalhadores junto ao local de trabalho, oferecendo a eles todos os recursos necessários à sua sobrevivência – moradias, escolas, farmácias e hospitais, além de “institutos” para a “formação de seu caráter” (CARPINTÉRO, 1993, p.129-130).

Eva Blay, em sua obra *Eu não tenho onde morar*, estabelece a definição das vilas operárias: “conjuntos de casas construídas no interior de um terreno, o qual contém uma entrada que comunica a via pública à via interna para a qual as casas estão voltadas”, existindo muitas variações desse modelo e vilas de ‘todos os tamanhos e de variada estruturação interna, comportando desde uma rua apenas até variadas ruas, jardim, praça de esportes e outros bens de uso coletivo” (BLAY, 1985, p.7).

Uma farmácia, um museu, um armazém – estes são apenas alguns dos exemplos do emprego do ladrilho hidráulico em construções com usos diferentes do residencial que, se por um lado demonstram a difusão desse tipo de piso ou material construtivo, por outro lado, comprovam e ratificam a ideia de que muitas vezes essa difusão resultou da influência estrangeira, mormente europeia, seja por parte do proprietário, seja por parte do autor do projeto arquitetônico. Não há, portanto, como desvincular o emprego desse material do processo de imigração ou mesmo da forte influência europeia no Brasil do século XIX e de princípios do século XX. Como afirma Gilberto Freyre (2006), nesse período os brasileiros queriam se vestir como os europeus, falar como os europeus, morar como os europeus, esquecendo-se muitas vezes que estavam nos trópicos. É importante destacar também o papel que os próprios europeus, que começaram a chegar nas primeiras décadas do século XIX, com a transferência da Corte (em 1808) e a abertura dos portos às nações amigas, desempenharam nessa difusão. Esses europeus, que vieram habitar no Brasil, contribuíram significativamente para as transformações da casa e da arquitetura brasileira de um modo geral, ao introduzir e resgatar os materiais já então comuns no continente europeu.

A casa térrea e o sobrado transformados em cortiços e a permanência do ladrilho na habitação degradada

O que predominou para moradia da gente pobre foi sempre, em São Paulo, o cortiço. Algum terreno de centro de quarteirão, com pequenas habitações contíguas, com saída para a via pública por um corredor a céu aberto, entre muros. Ou então, os porões habitados. [...] As lavadeiras estendiam roupas no terreiro comum, onde brincavam crianças seminuas, e cigarras cantavam ao sol. À tarde, vinham chegando os homens, carroceiros e operários, e um ou outro vagabundo ou mendigo, cuja renda dava bem para pagar o aluguel. E gente sem profissão definida.

[...]

Perguntaram a um morador da Rua Santo Antônio, ali pertinho, se não tinha medo de assaltos, e ele disse que não. Os malandros dos cortiços não roubam nas vizinhanças, porque imediatamente a polícia desconfiaria deles.

(Jorge Americano, 1962, p. 31-32).

Italianos, alemães, espanhóis, portugueses, belgas, franceses, brasileiros, antigos escravos, homens, mulheres e crianças. Todos se misturavam nas habitações populares conhecidas como cortiços⁷, independentemente do tipo: casinha, hotel-cortiço, casa de pensão e estalagem.

De acordo com Carlos Lemos (1998, p. 9-10), “a palavra cortiço apareceu mesmo antes da popularização do termo ‘operário’ e da expressão ‘casa operária’”. Para o historiador da arquitetura, o cortiço “não era bem uma casa, mas um conjunto de habitáculos singelos onde havia a superposição total de todas as funções da habitação” ou “meros asilos precários e providenciais abrigos”. O cortiço era composto por diversos cômodos, complementados por uma ou duas instalações sanitárias e por alguns tanques para lavagem de roupa, dispostos nas áreas de uso comum. Foi a partir da “repetição sistemática dessas acomodações de mesmos tamanhos”, que “naturalmente surgiu, por catacrese, a denominação ‘cortiço’, a moradia das abelhas caracterizada pela sucessão de alvéolos de mesmo formato e tamanho” (LEMO, 1998, p.10).

Como assinala Andréa Piccini (2004, p.22), o tipo de habitação conhecido como “cortiço” recebeu, ao longo dos anos (dependendo do contexto político, histórico e social), várias outras denominações, que denotavam, da mesma forma, sua precariedade, tais como: “cabeça de porco”, “casa de cômodo”, “pensão”, “hotel”, “estância”, “zungu”, “hospedaria”, “vila”, “quintal”, “estalagem”, e “fileira de quartos ao longo de um corredor”.

O conceito adotado atualmente tem origem na Lei Moura n. 10.928, de 8 de janeiro de 1991 – lei municipal da cidade de São Paulo, que estabelece parâmetros mínimos para essas habitações. De acordo com o texto dessa lei, o cortiço é uma unidade usada como moradia coletiva multifamiliar, apresentando, total ou parcialmente, as seguintes características: a) é constituída por uma ou mais edificações construídas em um lote urbano; b) é subdividida em vários cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título; c) várias funções são exercidas no mesmo cômodo; d) tem acesso e uso comum dos espaços não edificadas e das instalações sanitárias; e) a circulação e a infraestrutura, no geral são precárias; f) há superlotação de pessoas.

⁷ De acordo com Gilberto Freyre, os imigrantes europeus deram preferência aos cortiços, enquanto os mucambos se tornaram, em alguns casos, habitação dos ex-escravos: “Com a maior urbanização do país, viriam os cortiços, preferidos aos mucambos pelo proletariado de estilos de vida mais europeus” (FREYRE, 2006, p.299). Freyre escreve também sobre a transformação de alguns dos antigos sobrados em cortiços na cidade do Rio de Janeiro: “O certo é que no Rio de Janeiro [...] os cortiços desenvolveram-se de tal modo a ponto de em 1869 existirem 642, com 9.671 quartos habitados por 21.929 pessoas: 13.555 homens e 8.374 mulheres; 16.852 adultos e 5.077 menores. A porcentagem dos cortiços era de 3,10% e a da sua população de 9,65% elevando-se em 1888 a 3,96% e 11,72%. Sobrados velhos, outrora de fidalgos, degradaram-se em cortiços. A zona dos mucambos estendeu-se até eles. Estendeu-se aos morros. Depois de 1888 [...] o cortiço só fez aumentar, não tanto de área, como de densidade. Assenhoreou-se de muito sobrado velho. De muito morro. O destino dos sobrados maiores tem sido este: transformarem-se, os mais felizes em armazéns, hotéis, colégios, pensões, quartéis, repartições públicas, sedes de sociedades carnavalescas. Os outros em cortiços [...]” (FREYRE, 2006, p.301)

Já em 1893, o Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações estabelecia uma crítica em relação a esse tipo de habitação: “[...] o cortiço como vulgarmente se chamam essas construções acanhadas, insalubres, repulsivas algumas, onde as forças vivas do trabalho se ajeitam em desmedida, fustigadas pela dificuldade de viver, numa quase promiscuidade que a economia lhe impõe, mas que a higiene repele” (CORDEIRO, 2010, p.93). Naquele momento, o cortiço era mal visto pela sociedade.

O cortiço, em um de seus modelos mais antigos, geralmente ocupava o interior de um quarteirão, possuindo um portão lateral, e entrada por um estreito e comprido corredor, que levava a um pátio com 3 ou 4 metros de largura – os cômodos enfileirados se abriam para este pátio. Com portas e janelas muito simples, esses cômodos possuíam aproximadamente de 3 a 4 metros de largura, comprimento entre 5 e 6 metros, e altura variando entre 3 e 3,5 metros. Quase sempre havia no cortiço um armazém ou uma venda no cômodo que tinha frente para a rua. Essas habitações precárias eram, em sua maioria, assoalhadas e forradas apenas nos cômodos de dormir – no cômodo dos fundos, onde ficava o fogão, não havia assoalho, nem forro e, segundo o Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações (CORDEIRO, 2010, p.98-99) “nem mesmo ladrilhos”. No cômodo de dormir não havia ventilação, tampouco iluminação, uma vez que este não possuía janelas e encontrava-se no meio da construção. Nas áreas livres de uso comum, normalmente havia um ralo para o esgoto, uma torneira para água, um tanque para lavagem de roupas e uma latrina, equipamentos supostamente mal instalados e ordinários, que raramente estavam em áreas cimentadas e ou calçadas. Esse tipo de cortiço se tornou tão comum na paisagem paulistana que chegou a ser descrito em obras literárias, como em *As aventuras de Indalécio*, de Afonso Schmidt:

[...] Entrava-se por um velho portão, percorria-se comprido corredor de chão batido, coberto por viçoso maxueiro, e ia-se ter aos fundos – um capinzal com torneiras sobre tinas apodrecidas ao tempo, varais arcados ao pêso da roupa lavada, um casebre onde morava ‘seu’ Adolfo. À direita do corredor, alongava-se o puxado de zinco, dividido em pequenos cômodos de porta e janela, com escadinhas de madeira de três degraus. Ao lado dessas escadinhas, fumegavam os fogareiros de carvão, improvisados com velhas latas de querosene. (SCHMIDT, 1951, p.189)

O cortiço do tipo “casinha”, também comum no período, era quase sempre um prédio independente, com frente para a via pública, sem as mínimas condições de higiene. O assoalho era assentado diretamente sobre o solo; não havia ventilação no forro; os cômodos eram pequenos e subdivididos por espécies de biombos; as paredes eram sujas e em grande

parte sem reboco. De acordo com o Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações, havia “no fundo uma área exígua, mal ladrilhada ou cimentada com um ralo para esgoto e uma latrina ordinária sem abrigo” (CORDEIRO, 2010, p.101).

O hotel-cortiço era uma espécie de hotel-restaurante; e as estalagens, locais nos quais se alugavam quartos de aproximadamente 6 m², os quais eram ocupados por operários sem família. As casas de pensão ou casas de cômodos eram construções assobradadas transformadas em cortiços, com seus antigos aposentos divididos e subdivididos e alugados como habitações.

Antes de 1893 e mesmo com a publicação do “Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Efigênia na cidade de São Paulo”, os cortiços foram considerados focos de doenças e epidemias, tornado-se alvo de ações higienistas, que desconsideravam as questões sociais e habitacionais.

De um modo geral, os cortiços eram e ainda são caracterizados pela má qualidade e impropriedade das construções, pela área escassa e pela má distribuição dos aposentos, quase sempre sem luz e sem ventilação, pela carência de saneamento básico, pela falta de salubridade e por alugueis altos. Ou seja, ainda hoje, os cortiços são, em sua maioria, habitações precárias e insalubres, com aluguéis relativamente altos considerando-se suas características e sua forma de ocupação (ou a área ocupada e o número de ocupantes de cada aposento), que possibilitam pouca privacidade e pouco conforto. Todavia, é preciso levar em conta que muitos desses cortiços se encontram (hoje, da mesma forma que antigamente) nas proximidades dos locais de trabalho de seus moradores, em regiões próximas à área central. Além disso, com a falta de burocracia para a locação de um imóvel nessas condições, esse tipo de habitação continua sendo rentável para quem o subloca.

Com as mudanças da cidade de São Paulo ao longo do tempo, e o deslocamento das camadas mais ricas da população para bairros cada vez mais distantes da área central, algumas residências unifamiliares e mesmo antigos casarões se transformaram em cortiços. Assim, muitos dos cortiços encontrados atualmente na capital paulista são formados pela subdivisão de casarões situados em bairros como os Campos Elíseos, Santa Cecília, Liberdade, Consolação, Vila Mariana e Aclimação, como consequência desse abandono de algumas regiões da cidade pela classe alta.

Mas há cortiços também nos antigos “bairros operários”, como Mooca, Brás, Belém e Bresser. Nesses locais, os cortiços possuem outra característica construtiva, sendo em sua maioria, casas térreas de porta e janela, com portão lateral, e um corredor com no máximo 2 m de largura. Os cômodos são encarreirados, e todos têm frente para este corredor. Cada cômodo possui em média de 6 a 10 m², onde vivem de 2 a 4 pessoas, e onde se amontoam camas, fogão, armários, beliches, tv, som e utensílios domésticos. O banheiro é de uso comum, com apenas uma latrina e um chuveiro – normalmente com piso cerâmico e

azulejos até meia altura. Há tanques e pias também de uso coletivo – uma situação de precariedade muito parecida com aquela que caracterizou esse tipo de habitação em fins do século XIX e princípios do século XX, mas com particularidades contemporâneas.

Apesar da superlotação e da falta de salubridade, esses cortiços mantêm algumas características arquitetônicas das casas de fins do século XIX e de princípios do século XX, como os frontões triangulares, as platibandas, os portões laterais e o ladrilho hidráulico. Este último pode ser encontrado atualmente em casas unifamiliares transformadas em cortiços – antigas casas térreas e assobradadas, erguidas entre 1900 e 1950 – nos bairros da Liberdade, Aclimação, Brás e Pari.

No bairro da Liberdade, nas antigas casas assobradadas de classe média, com seus gradis de ferro, portas e janelas de pinho de riga, e porão alto para proteger o piso assoalhado, o ladrilho pode ser visto no hall de entrada e na cozinha, com motivos quase sempre geométricos, e a “terracota” e o bege como cores predominantes. Nessas construções, o ladrilho permanece praticamente intacto a meia poeira.

Figura 7- Ladrilho com motivos geométricos com predomínio do bege e terracota.



Fotografia: Thaís Souza

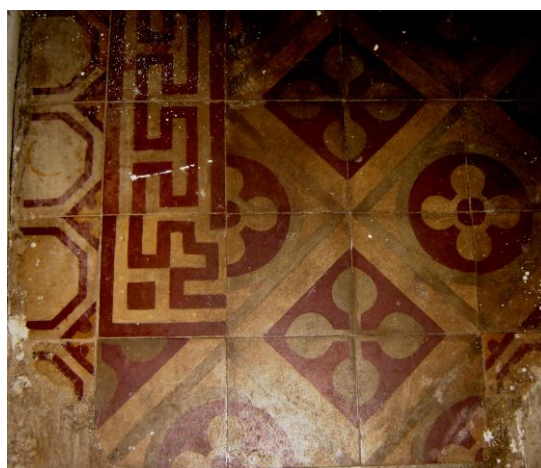
Figura 8- As cores predominantes do ladrilho.



Fotografia: Thaís Souza

Na Aclimação, em casas térreas com frisos neoclássicos e frontão junto à cobertura, que preservam suas varandas laterais e suas portas e janelas de madeira, é possível encontrar o ladrilho hidráulico nas cozinhas, com desenhos geometrizarantes, mas com seu arranjo em parte descaracterizado pela falta de algumas peças.

Figura 9- O ladrilho com desenhos geometrizarantes.



Fotografia: Thaís Souza

No Brás, há um cortiço na sobreloja de um bar, situado na Av. Celso Garcia, que mantém seu ladrilho hidráulico no hall da escada em tons azul, terracota e amarelo.

Figura 10- Ladrilho em tons azul, terracota e amarelo.

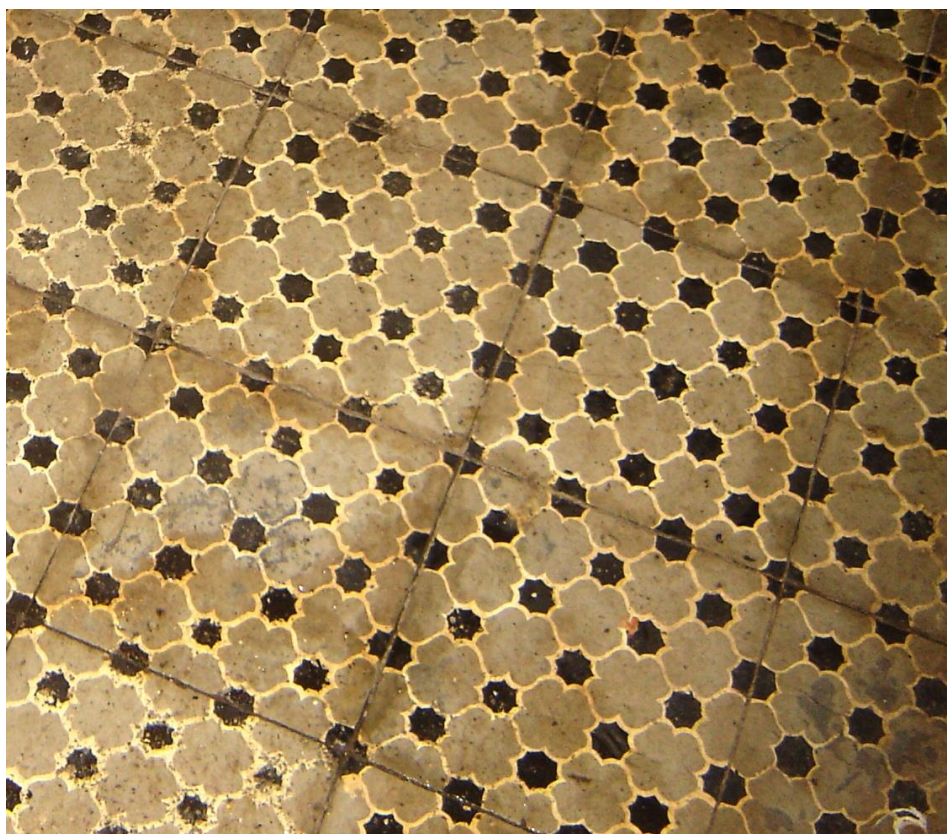


Fotografia: Thaís Souza

Na rua Canindé, no bairro do Pari, em uma casa construída em 1923, que mantinha seu frontão com a data do ano de construção, apesar de suas portas e janelas de madeira

bastante deterioradas, era possível encontrar, no corredor lateral (mais especificamente na área externa sem cobertura) e na antiga cozinha da residência unifamiliar transformada em cortiço, o ladrilho hidráulico com desenhos geométricos⁸.

Figura 11- O ladrilho com desenhos geométricos.



Fotografia: Thaís Souza

Constata-se, assim, que nas casas térreas e sobrados da capital paulista transformados em cortiços, situados nos antigos bairros nobres ou operários, o ladrilho configura a remanescência de um material nobre que permanece, apesar de toda a deterioração das construções, como herança do passado.

⁸ Essa construção foi demolida, restando hoje apenas as fotografias do ladrilho então existente.

Conclusão

O ladrilho hidráulico é um tipo de piso que ainda hoje é produzido artesanalmente e, portanto, requer conhecimento de sua técnica de produção e de seus componentes. Sua beleza reside nos arranjos florais ou geometrizes e na composição resultante da repetição de suas peças, que podem apresentar um desenho mais simples (com uma ou duas cores e formas menos rebuscadas) ou mais complexo (com o emprego de várias cores e formas mais elaboradas).

É interessante observar o modo como foi empregado no início de sua difusão, em meados do século XIX, e as mudanças de significado que podem ser constatadas ao longo do tempo. No Brasil, correspondeu inicialmente ao piso do palacete, das casas mais ricas e de algumas construções de uso não residencial, especialmente quando o arquiteto responsável pelo projeto ou o proprietário da edificação era de origem francesa ou europeia. Corresponhia, assim, a um dos ícones da importação de padrões e gostos europeus que caracterizaram o processo de reeuropeização do século XIX, quando a sociedade brasileira tinha seus olhos voltados para a Europa, como assinala Gilberto Freyre. Representava, também, a utilização de um piso mais requintado que o assoalho dos antigos sobrados – um piso colorido, feito de cimento, que por suas cores e desenhos diferenciava-se do tão difundido piso de madeira. Em relação às casas térreas com chão de terra batida, a distinção era ainda mais relevante – nessa comparação, que levava em conta as camadas sociais, o ladrilho adquiria símbolo de status.

No palacete, foi muitas vezes assentado no hall de entrada e de distribuição – contribuindo para o deslumbramento dos visitantes diante da construção exuberante –, nas áreas úmidas da residência, onde o uso da madeira não era apropriado, como cozinhas e banheiros, e na varanda coberta que circundava o edifício. Quanto mais rica a residência, mais complexo e refinado o desenho do ladrilho hidráulico.

Nas farmácias e armazéns de cidades interioranas e de vilas operárias, o ladrilho compunha o cenário característico da importação de modelos europeus de composição arquitetônica. Normalmente com um desenho mais simples e um arranjo menos elaborado, e não raro importado da França ou de outros países europeus (especialmente antes de sua produção no Brasil pelos imigrantes italianos), o ladrilho marcava a ambiência desses estabelecimentos, ficando gravado na memória de seus frequentadores.

Das vilas operárias, passou para as casas operárias – aquelas casas de porão alto, erguidas no alinhamento dos lotes, com portão lateral e poucos cômodos: sala, cozinha, banheiro e dormitório, que se difundiram nos bairros escolhidos pela indústria nos primórdios da industrialização paulistana. Com o tempo, algumas dessas casas se transformaram em cortiços, sublimando a contradição do ladrilho: da casa mais rica ao

habitação mínimo – sem condições de higiene e de salubridade. Essa contradição não corresponde a uma decadência no emprego do material, mas a uma mudança de significado, uma vez que o ladrilho deixa de ser símbolo de status para se tornar um elemento comum na construção – que ainda assim confere um certo refinamento ao lugar, mesmo que seja a habitação mais simples; um elemento capaz de valorizar alguns cômodos do ponto de vista da estética arquitetônica, de construções degradadas e, em alguns casos, degradantes, e que, por outro lado, pode representar uma situação de igualdade do ponto de vista dos materiais construtivos: o belo fazendo parte do cotidiano das camadas mais simples e das camadas mais ricas da população da capital paulista. Sim, porque não obstante sua produção artesanal, o ladrilho hidráulico tem sido muito valorizado nas últimas décadas, sendo novamente empregado por arquitetos e decoradores em algumas das construções mais ricas da cidade.

Atualmente, o ladrilho é encontrado tanto no antigo palacete como no cortiço, tanto nas mansões dos bairros nobres como na casa e nos apartamentos da camada intermediária da população, e não apenas isto, mas também como parte da decoração de bares e restaurantes e demais estabelecimentos de comércio e serviço, e mesmo na calçada e nos jardins de algumas residências, conquistando espaço junto às áreas não ocupadas pelas edificações.

Mais de um século e meio depois do início de sua difusão em terras brasileiras, o ladrilho continua sendo um material construtivo adotado por arquitetos e outros profissionais especializados não mais em função da influência europeia, não mais como símbolo de distinção social, mas porque a riqueza de seus desenhos e de sua composição ainda conquista apreciadores. Pode-se dizer que hoje o ladrilho é parte da memória dos paulistanos.

Agradecimentos

Agradecemos ao Museu da Energia de São Paulo (www.museudaenergia.org.br), instalado no antigo Palacete Henrique Santos Dumond, em especial a Henrique Davini Rocha, o coordenador do Museu, e à Editora Global (<http://www.globaleditora.com.br/>), instalada no antigo Palacete de Ramos de Azevedo, pela possibilidade de registrar por meio de fotografias o ladrilho existente nessas construções.

Agradecemos também aos moradores dos cortiços situados nos bairros da Liberdade, Aclimação, Brás e Pari, por permitirem, da mesma forma, o registro fotográfico do ladrilho existente em suas habitações.

Bibliografia

ALEMÃO, F. F. Manuscrito (1859). *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 81, 1961.

AMERICANO, Jorge. *São Paulo nesse tempo (1915-1935)*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

ARAGÃO, Solange de. *Ensaio sobre a casa brasileira do século XIX*. São Paulo: Edgard Blücher, 2011.

ARAGÃO, Solange de. *Ensaio sobre o jardim*. São Paulo: Global, 2008.

BECKER, A. W.; VUOLO, C. M. O mago dos ladrilhos hidráulicos (Depoimento). *Revista Pós-*, São Paulo, v.16, n.25, p.27-32, jun. 2009.

BENCLOWICZ, Carla Milano. *Prelúdio modernista: construindo a habitação operária em São Paulo*. 1989. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 1989.

BLAY, Eva. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. *Imagens do conforto: a casa operária nas primeiras décadas do século XX em São Paulo*. In: BRESCIANI, Stella (Org.). *Imagens da cidade*. São Paulo: Marco Zero: FAPESP, 1993.

CORDEIRO, Simone Lucena (Org.). *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 16. ed. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. 6.ed. São Paulo: Global, 2004.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LEMOS, Carlos. Os primeiros cortiços paulistanos. In: SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (Coord.). *Habitação e cidade*. São Paulo: FAUUSP: FAPESP, 1998. p.9-38.

MACHADO, Lúcio Gomes. *Apresentação para a exposição: Se esta rua fosse minha*. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2005.

MARQUES, J. de S. *Estudo do processo de produção de ladrilhos hidráulicos*. Londrina: UEL, 2012.

MAWE, J. *Viagens ao Interior do Brasil*. São Paulo: Ed.Universidade de São Paulo, 1978. (Coleção Reconquista do Brasil, v.33).

PICCINI, Andréa. *Cortiços na cidade: conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano da São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

REIS FILHO. Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo (1816-1822)*. Trad. Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

SCHMIDT, Afonso. *Aventuras de Indalécio*. São Paulo: Clube do Livro, 1951.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. São Paulo: Melhoramentos, 1938. Primeira tradução para o português, em comemoração ao seu centenário.

VAUTHIER, Louis Léger. Cartas a César Daly (1853). *Arquitetura Civil I*. São Paulo: FAU-USP, IPHAN, 1975. p.27-94.